

<http://amazoniareal.com.br/mineracao-solta-na-amazonia/>



Meio Ambiente

Mineração solta na Amazônia

Philip Martin Fearnside

15/09/2017 16:21

Em 23 de agosto de 2017, o Presidente Michel Temer emitiu um decreto revogando a RENCA (Reserva Nacional de Cobre e seus Associados), uma área do tamanho da Suíça localizada no lado norte do Rio Amazonas em partes dos Estados do Pará e Amapá. O Ministério do Meio Ambiente não havia sido consultado e os ambientalistas e o público em geral no Brasil foram pegos de surpresa. Na verdade, em março o governo Temer já havia anunciado sua intenção de revogar a RENCA em um congresso de **empresas de mineração no Canadá**. A escolha do local é reveladora.

Uma tempestade de críticas no Brasil e no exterior (ver [aqui](#), [aqui](#), [aqui](#), [aqui](#) e [aqui](#)) levou Temer a “revogar” o decreto de 28 de agosto e substituí-lo por um novo. No entanto, esta “revogação” amplamente apregoada não significa cessar a abolição da reserva, já que o novo decreto meramente **acrescentou uma afirmação** de que as áreas protegidas e as normas ambientais seriam respeitadas. Evidentemente, essas normas já

estavam em vigor, e o decreto original implicitamente presumiu que elas permaneceriam assim.

No dia 30 de agosto, um juiz federal emitiu uma **liminar** que suspendeu o decreto, e opinou que o assunto deve ser decidido pelo Congresso Nacional. No entanto, o Congresso Nacional é atualmente dominado por representantes com postura antiambiental (ver **aqui**, **aqui** e **aqui**). Além disso, liminares como esta são facilmente revertidas pelas partes interessadas, tais como o governo presidencial, pela busca de juízes amigáveis para emitir uma decisão revogando a liminar. Isso tem ocorrido em muitas ocasiões quando decisões para travar a construção de barragens, tais como **Belo Monte**, foram derrubadas em poucos dias.



Figura 1: A Mina Carajás no estado do Pará é a maior mina de ferro do mundo. Imagem do Google Earth.

A RENCA não foi criada para fins de conservação, mas sim como um ato de ditadura militar de 1964 a 1985 para preservar uma reserva estratégica de jazidas minerais, para não permitir que empresas internacionais de mineração exaurissem as jazidas e exportassem os minérios, como, por exemplo, tinha acontecido com a jazida de **manganês** em outra parte do Amapá. No entanto, na prática, a existência da RENCA evitou a mineração em grande escala, assim ajudando proteger o ambiente nesta vasta área, tanto dentro como fora das áreas legalmente protegidas.

Em um editorial, a **Folha de São Paulo** considerou a reação negativa da opinião pública “exagerada”. Embora sempre seja possível exagerar ameaças ambientais, e algumas declarações de políticos e outros podem ser interpretadas como hipérboles, abolir a

RENCA é realmente uma ameaça ao meio ambiente e às populações tradicionais nesta área altamente biodiversa e relativamente não perturbada.

A RENCA contém nove áreas protegidas. Três destas são do tipo “proteção integral”, onde a mineração é proibida. Duas são terras indígenas, que atualmente não permitem a mineração. No entanto, um [projeto de lei](#), de autoria do senador Romero Jucá ([cuja fortuna familiar resulta de mineração na Amazônia](#)), está avançando lentamente através do Congresso Nacional para [abrir as terras indígenas para mineração](#). Os membros da Comissão no Congresso tratando desse projeto de lei têm recebido grandes [contribuições de campanha](#) da Vale (anteriormente Companhia Vale do Rio Doce, ou CVRD), que é uma das maiores empresas de mineração do mundo. As outras quatro áreas protegidas já permitem a mineração, desde que esta disposição esteja incluída no plano de manejo da área em questão. Isto, é claro, pode ser sempre inserido nos planos por meio de pressão sobre os funcionários pertinentes.

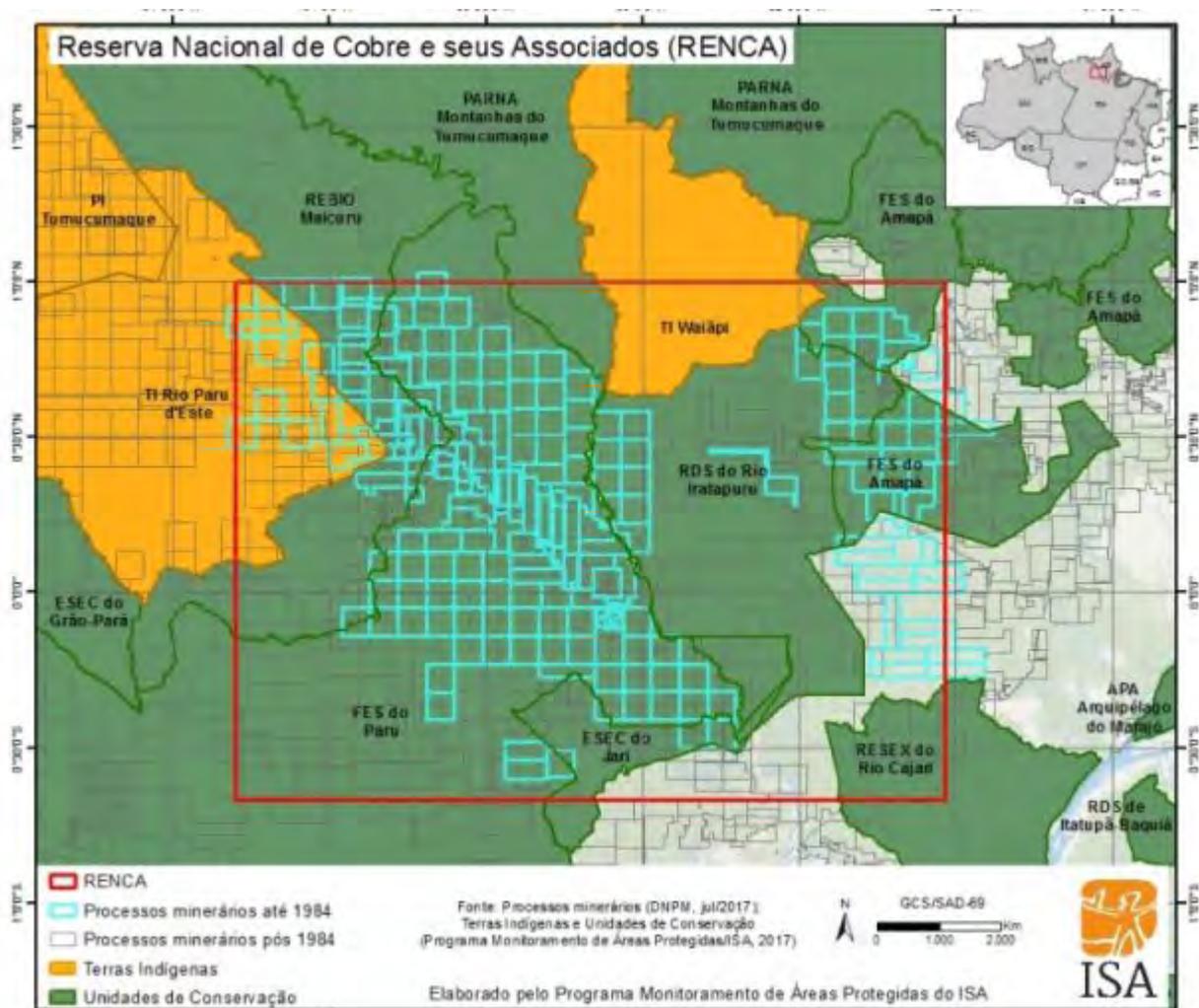


Figura 2: Mapa do Instituto Socioambiental (ISA). [Clique aqui para ir na fonte.](#)

A história recente, como no caso das reservas Jamanxim na rodovia BR-163, indica um padrão de remover a proteção, alterando a classificação da totalidade ou de partes de unidades de conservação existentes, por exemplo, convertendo-as em uma categoria

sem dentes: “áreas de proteção ambiental” (APAs), que permitem a mineração e propriedades privadas, com direito a desmatamento (ver [aqui](#), [aqui](#), [aqui](#), [aqui](#) e [aqui](#)). Uma proposta apoiada pelo Presidente Temer para remover um milhão de hectares de áreas protegidas no sul do Estado do Amazonas é coincidente com uma infinidade de reivindicações de mineração nessas áreas (ver [aqui](#), [aqui](#), [aqui](#), e [aqui](#)). Embora muito melhor do que serem desprotegidas, mesmo áreas protegidas onde é proibido o desmatamento não são imunes à perda de floresta. A área desmatada até 2014 em cada área protegida na Amazônia brasileira está disponível [aqui](#).

Amapá é o menos desmatado dos nove estados que compõem a Amazônia Legal brasileira. Atualmente, a RENCA é principalmente ocupada por populações tradicionais e indígenas que cortam pouca floresta. Só **0,33% da área** foram desmatadas até agora. Como é o caso em muitas partes da Amazônia, a área sofre do impacto de garimpeiros ilegais de ouro, mas o que muda com a dissolução da RENCA é a perspectiva de mineração em escala industrial. Quando isto começar, espera-se que o quadro para desmatamento mude. Com a abertura de estradas até cada local de mineração, pode-se esperar o processo de invasão por grileiros, fazendeiros, posseiros individuais e agricultores sem-terra organizados, levando ao processo de desmatamento que tem sido visto muitas vezes em outras partes da Amazônia.

Mesmo que a mineração seja limitada aos 30% da RENCA que estão fora das áreas protegidas, estes novos **atores** teriam impactos sobre a floresta e os habitantes tradicionais.

A presunção de que o que é proibido pelas leis do Brasil ou pela Constituição simplesmente não vai acontecer na vida real é muito ingênua. Afinal de contas, a barragem de Belo Monte foi bem descrita pelo Ministério Público Federal em Belém como “**totalmente ilegal**“, mas hoje ela existe no rio Xingu como fato concreto (ver [aqui](#) e [aqui](#)). As empresas de mineração canadenses que o governo está convidando para a área são de tamanho suficiente para mudar a história em seu favor.

Uma ilustração do perigo para área da RENCA é fornecida pelo desastre de Mariana em novembro de 2015, no Estado de Minas Gerais (ver [aqui](#), [aqui](#), [aqui](#) e [aqui](#)). Neste caso, uma barragem de contenção de rejeitos de mineração quebrou, destruindo uma pequena cidade a jusante, matando 19 pessoas e destruindo quase toda a vida aquática no rio Doce – um dos grandes rios do Brasil. Que a Vale poderia causar um desastre desta magnitude e escapar impune (ver [aqui](#), [aqui](#), [aqui](#) e [aqui](#)), sugere que empresas deste tamanho são mais poderosas do que qualquer instância do governo brasileiro.

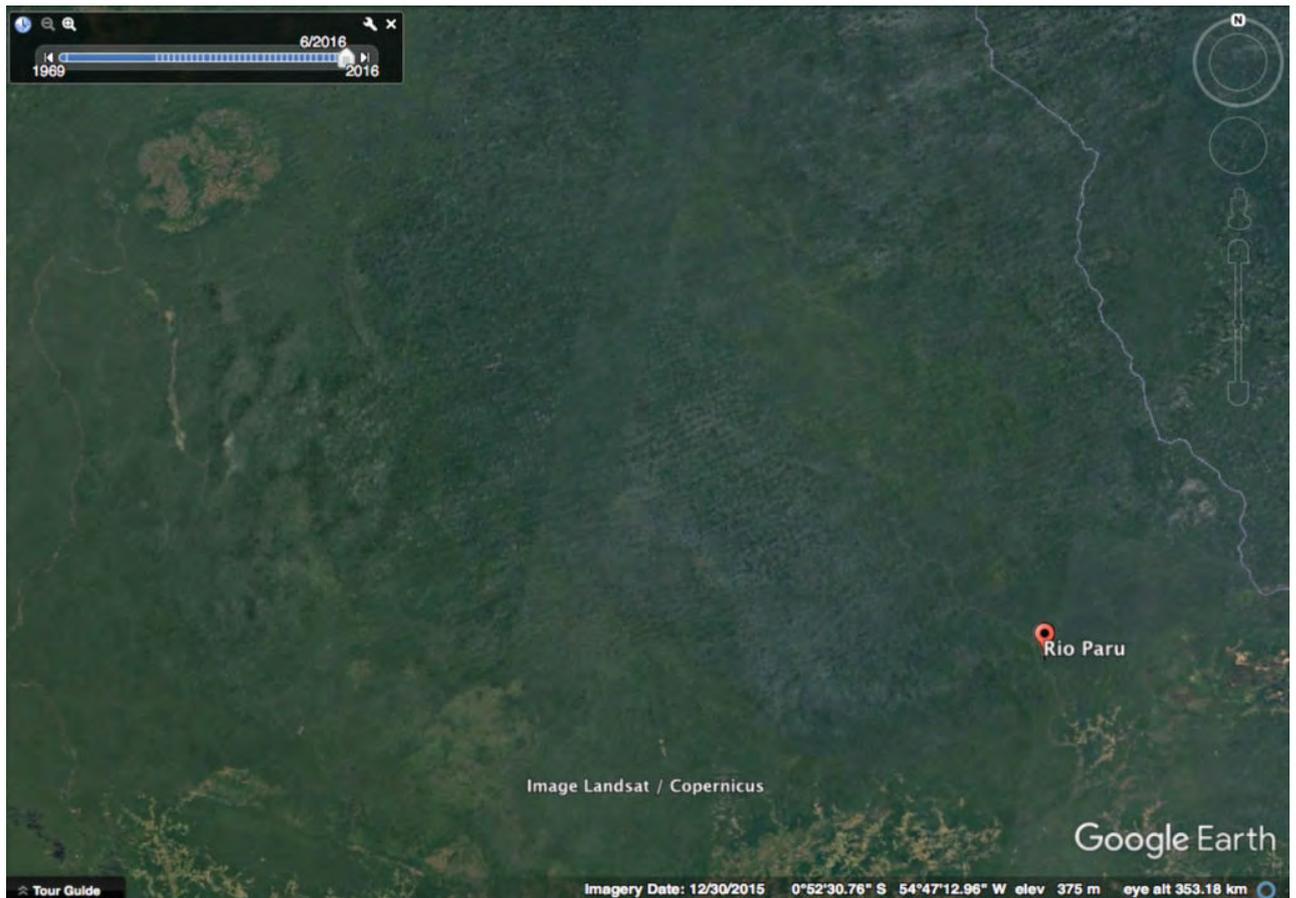


Figura 3: Imagem atual da Renca no Google Earth: uma área preservada na Amazônia.

Este texto é traduzido de uma versão em inglês publicada no site da Mongabay, disponível [aqui](#).

A fotografia que ilustra este artigo é mostra a exploração de minério de ferro na floresta amazônica em Carajá, no Pará, em 2005 (Foto: Alberto Cesar Araújo/Amazônia Real)

Philip M. Fearnside é doutor pelo Departamento de Ecologia e Biologia Evolucionária da Universidade de Michigan (EUA) e pesquisador titular do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), em Manaus (AM), onde vive desde 1978. É membro da Academia Brasileira de Ciências e também coordena o INCT (Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia) dos Serviços Ambientais da Amazônia. Recebeu o Prêmio Nobel da Paz pelo Painel Intergovernamental para Mudanças Climáticas (IPCC), em 2007. Tem mais de 500 publicações científicas e mais de 200 textos de divulgação de sua autoria que estão disponíveis neste [link](#).